

A crise das democracias e a imigração: o caso húngaro

ANTONIO JOSÉ DA SILVA NETO
FILLIPI LÚCIO NASCIMENTO DA SILVA
JOYCE MIRANDA LEÃO MARTINS

RESUMO: À guisa de ensaio, argumenta-se que o tratamento dado aos imigrantes se relaciona às atuais crises da democracia. Analisam-se as estratégias da Hungria na crise migratória de 2015. O corpus abrange 20 artigos; 6 livros; 4 capítulos de livros e 2 dissertações. Evidencia-se a conexão entre o desprezo aos direitos humanos e o ataque aos imigrantes, oferecendo dados para que a relação entre políticas migratórias e erosão democrática seja verificada.

PALAVRAS-CHAVE: Crises Migratórias. Políticas Migratórias. União Europeia. Hungria.



The crisis of democracies and immigration: the hungarian case

ABSTRACT: As an essay, it is argued that the treatment given to immigrants is related to the current crises of democracy. The strategies of Hungary during the 2015 immigration crisis are analyzed. The corpus encompasses 20 articles; 6 books; 4 book chapters, and 2 dissertations. It highlights the connection between the disregard for human rights and the attack on immigrants, providing data for the relationship between immigration policies and democratic erosion to be verified.

KEYWORDS: Immigration Crises. Immigration Policies. European Union. Hungary.

ANTONIO JOSÉ DA SILVA NETO

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: antonio.neto@ics.ufal.br

FILLIPI LÚCIO NASCIMENTO DA SILVA

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: fillipi.nascimento@ufpe.br

JOYCE MIRANDA LEÃO MARTINS

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: joycesnitram@yahoo.com.br

DATA DE ENVIO: 31/01/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 29/06/2024

1 Introdução

Cuéntame el cuento del árbol dátil de los desiertos
De las mezcuitas de tus abuelos
Dame los ritmos de la darbuka y los secretos
Que hay en los libros que yo no leo [...]
Contamináme, mézclate conmigo

Pedro Guerra, Contamíname.

A erosão democrática é um fenômeno transnacional que vem merecendo atenção nos últimos anos com a eleição de personagens contrários às instituições representativas, aos novos sujeitos de direito, à pluralidade religiosa e ao processo eleitoral. Os contratos sociais da modernidade¹, em xeque, análise e expansão desde a queda do Muro de Berlim, são agora rechaçados tanto em seus moldes originais como vêm sendo duramente atacados desde que passaram a incluir cidadãos não convencionais.²

Enquanto na América Latina o combate aos direitos sexuais e reprodutivos foram “a cola simbólica” entre neoliberais e determinados setores religiosos (BIROLI et al, 2020), na Europa esse processo tem ingrediente adicional: o medo à mistura, à “contaminação” provocada por aqueles que nasceram em outras fronteiras ou têm origem, explicitamente, relacionadas ao nomadismo, como os ciganos em Portugal.

Pensado como responsabilidade dos Estados nacionais, o direito à vida digna, o respeito ao corpo e à liberdade exigem reformulação em um mundo cada vez mais globalizado e de fronteiras abertas ao capital, mas fechadas ao ser humano. Nesse contexto, o imigrante emerge como o sujeito que desestabiliza o mundo conhecido. Torna-se mais um no balaio que ameaça a nação

1 Os contratos sociais, conhecidos principalmente a partir das teorias de Hobbes, Locke e Rousseau, fundam a política moderna, estabelecendo que os indivíduos (homens) deveriam ter direito à liberdade e à igualdade e que estas deveriam ser garantidas por lei.

2 Como mostrou Pateman (1993), os firmantes dos contratos sociais da modernidade foram os homens, brancos e proprietários, deixando de fora mulheres e trabalhadores.

e exige a volta do pai autoritário e protetor. Sua equiparação a outros grupos que só tardiamente alcançaram a cidadania é realizada pelas próprias lideranças que combatem minorias, ao colocar como alvo os direitos da população LGBTQIA+, das mulheres, dos imigrantes.

Uma das crises imigratórias mais proeminentes da Europa ocorreu no ano de 2015, quando mais de 1 milhão de imigrantes, em sua maioria sírios, afegãos, iraquianos e somalis, lançaram-se ao Mar Mediterrâneo em embarcações precárias para chegar ao continente. Essa situação resultou em uma sobrecarga das estruturas de recepção e de assistência social, exigindo das autoridades uma reavaliação das políticas de imigração (CLAPIS, 2016).

A Hungria tem desempenhado papel central nas discussões sobre imigração na Europa, adotando abordagens que divergem de seus vizinhos europeus. Este trabalho analisa as estratégias adotadas pelo país na crise imigratória de 2015, oferecendo insights sobre os desafios e soluções propostas em face das complexidades imigratórias contemporâneas. Além disso, pretende contribuir para que estudos futuros possam analisar a hipótese de que há correlação entre a erosão democrática e políticas imigratórias ofensivas, entendidas aqui como aquelas que estimulam a xenofobia e o ódio ao imigrante por meio de discursos da liderança nacional; marcadas por ações violentas da polícia; e constante rejeição a pedidos de refúgio.

Este estudo é realizado a partir de análise exploratória, com abordagem qualitativa, empregando a técnica de pesquisa bibliográfica. As pesquisas exploratórias não buscam relações de causalidade. Elas objetivam proporcionar “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a **constituir hipóteses**” (GIL, 2002, p. 41, grifo nosso). O programa *Publish or Perish* foi utilizado para buscar as seguintes palavras-chaves em artigos científicos: “Hungria”; “Imigração”; “Políticas migratórias”; “Viktor Órban”. A observação teve como *corpus* 20 artigos, selecionados devido ao alto número de citações. Também foram consultados 6 livros, 4 capítulos de livros e 2 dissertações. Além disso, dados quantitativos também colaboram para as conclusões

apresentadas neste trabalho e para a hipótese constituída ao final da pesquisa.

O texto está dividido em cinco partes, sendo a primeira delas está introdução. A segunda seção apresenta o contexto da Hungria desde o pós-guerra e a até a ascensão de partidos conservadores e a adesão popular às políticas anti-imigração; a terceira é dedicada, exclusivamente, à crise migratória de 2015; na quarta, são abordadas as políticas migratórias na Hungria e sua relação com a União Europeia.³ Ao final, apresentam-se as conclusões.

2 Contextualização histórica

Imigração e emigração fazem parte da formação da identidade e da política externa húngaras. A ocupação soviética no país, no período pós-Segunda Guerra, instaurou um regime hostil àqueles que se opunham a ele ou que tinham ligações com o antigo governo. A atmosfera era densa, e a liberdade de expressão e pensamento limitadas. A Hungria foi submetida a uma série de reformas comunistas radicais. Propriedades foram nacionalizadas, a economia foi centralizada, e qualquer forma de dissidência foi rapidamente e muitas vezes brutalmente reprimida. Para muitos húngaros, especialmente aqueles da classe intelectual e aqueles associados ao antigo regime, a vida sob o comunismo soviético se tornou insuportável. A emigração se tornou uma opção atraente, e muitos buscaram refúgio em países que ofereciam liberdade e oportunidades (GÖNCZ; GATI; ASH, 2002). Em outras palavras: os húngaros emigravam procurando, alhures, obter direitos.

A insatisfação popular com o regime comunista culminou na Revolução Húngara de 1956. O que começou como uma série de protestos pacíficos rapidamente se transformou em um levante nacional contra o governo comunista e sua opressão. Os húngaros exigiam liberdades democráticas, a retirada das tropas soviéticas e um governo que representasse verdadeiramente os interesses do povo húngaro. A resposta soviética foi rápida e brutal.

3 Bloco de 27 países constituído após a Segunda-Guerra com o objetivo de promover a país e o bem-estar dos cidadãos dos países membros.

Em novembro de 1956, as tropas soviéticas adentraram Budapeste para esmagar a revolução (KRAMER, 1998; RADVANYI, 1972).

A violência resultante e a subsequente repressão levaram à morte de milhares de pessoas e à prisão de muitas outras. Diante dessa repressão, cerca de 200 mil húngaros decidiram fugir do país. Muitos cruzaram a fronteira para a Áustria, de onde foram realocados para países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e nações da Europa Ocidental. Esses emigrantes, muitos dos quais eram altamente educados e qualificados, contribuíram significativamente para as sociedades que os acolheram, enriquecendo-as cultural, social e economicamente (GYÁNI, 2013).

A Revolução Húngara de 1956 e sua violenta repressão deixaram cicatrizes profundas na história do país. O evento não só destacou a resistência e o desejo de liberdade do povo, mas também a brutalidade do regime comunista. Por décadas, a memória da revolução foi suprimida na Hungria. Após a queda do comunismo em 1989, tornou-se símbolo de resistência nacional e orgulho.

2.1 Período Comunista (1956-1989)

O período comunista na Hungria se estendeu de 1956 a 1989 e foi marcado por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que moldaram profundamente a nação. Sob a égide da União Soviética, a Hungria foi integrada ao bloco socialista do Leste Europeu, o que influenciou diretamente suas políticas internas e externas (BOGEL; EDWARDS; WAX, 1997).

A política de “portas fechadas” adotada pela Hungria refletia a abordagem geral dos países do bloco comunista em relação à imigração. O regime comunista via a emigração, especialmente para o Ocidente, como uma ameaça potencial, pois levaria à fuga de cérebros, à disseminação de ideias contrárias ao comunismo e à exposição a valores e estilos de vida ocidentais. Por isso, a emigração foi rigorosamente controlada, e aqueles que tentavam deixar o país sem autorização enfrentavam sérias represálias (KÖRÖSÉNYI, 1999).

Apesar dessa postura restritiva, a Hungria manteve conexões internacionais. Uma dessas possibilitou a chegada de “estudantes de fraternidade” de países em desenvolvimento. Essa política

foi parte de uma estratégia mais ampla do bloco socialista para estabelecer e fortalecer laços com nações não alinhadas, especialmente na África e no Oriente Médio. A ideia era promover a solidariedade socialista e ganhar influência geopolítica em regiões estratégicas (KÖRÖSÉNYI, 1999).

Os “estudantes de fraternidade” eram jovens selecionados de países amigos que recebiam bolsas de estudo para estudar em universidades húngaras. Eles eram treinados em várias disciplinas, desde engenharia e medicina até ciências sociais e artes. A esperança era que, ao retornar a seus países de origem, esses estudantes se tornassem líderes e defensores das relações amistosas com a Hungria e o bloco socialista. No entanto, essa política também teve seus desafios. Muitos desses estudantes enfrentaram dificuldades de integração na sociedade húngara, dadas as barreiras linguísticas, culturais e, às vezes, raciais. Além disso, nem todos os estudantes retornaram aos seus países após a conclusão de seus estudos, optando por buscar oportunidades em outros lugares (BOGEL; EDWARDS; WAX, 1997).

2.2. Transição para a Democracia (1989-2004)

A queda do Muro de Berlim em 1989 simbolizou o fim da divisão da Europa e o início do colapso dos regimes comunistas em toda a Europa Central e Oriental. A Hungria, que já havia iniciado reformas políticas e econômicas nos anos anteriores, rapidamente se moveu em direção à democracia plena e à economia de mercado.

O período que sucedeu a queda do Muro foi marcado por sentimento de otimismo e renovação. Muitos húngaros que haviam deixado o país durante o regime comunista, buscando melhores oportunidades ou fugindo da repressão política, começaram a retornar, trazendo consigo experiências, habilidades e perspectivas adquiridas no exterior. Esses retornados desempenharam um papel crucial na reconstrução do país, contribuindo para o renascimento cultural, político e econômico da Hungria (BOGAARDS, 2018).

Paralelamente, a instabilidade econômica e política em países vizinhos, como Romênia e Ucrânia, levou muitos de seus cidadãos

a buscar oportunidades na Hungria. Estes imigrantes, muitas vezes de origem húngara, buscavam empregos, estabilidade e, em alguns casos, reunião com familiares que viviam do outro lado da fronteira (PALASIK, 2011).

Foi a Guerra dos Balcãs nos anos 1990 que apresentou à Hungria seu maior desafio migratório do período pós-comunista. A desintegração violenta da Iugoslávia levou a um êxodo massivo de pessoas, muitas das quais buscaram refúgio em países vizinhos, incluindo a Hungria. Confrontada com um influxo sem precedentes de refugiados, a Hungria teve que agir rapidamente para fornecer assistência humanitária e abrigo temporário.

Em resposta a essa crise, a Hungria desenvolveu sua primeira legislação moderna sobre asilo e refugiados. A legislação estabeleceu os direitos e responsabilidades dos solicitantes de asilo, bem como os procedimentos para a determinação do status de refugiado. Também refletiu os compromissos internacionais da Hungria, especialmente a Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados (BOGAARDS, 2018).

A transição para a democracia também trouxe consigo a necessidade de reformar e modernizar outras áreas da legislação e da política migratória. A Hungria começou a estabelecer acordos bilaterais com países vizinhos sobre questões de imigração e a cooperar com organizações internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (BERNHARD, 2021).

2.3. A ascensão do neoconservadorismo e o apoio popular às políticas anti-imigração

A ascensão do neoconservadorismo na Europa, entendido como fenômeno que perpassa o nacionalismo e a religiosidade cristã tradicional, é observado com crescente preocupação por acadêmicos, políticos e cidadãos em geral. A Hungria tem sido um caso emblemático desse fenômeno, especialmente no contexto das políticas anti-imigração. A combinação de fatores históricos, sociais e políticos criou um terreno fértil para o surgimento e consolidação de movimentos políticos de extrema-direita no país.

Como dito anteriormente, a Hungria, como muitas nações da Europa Central, passou por períodos de ocupação e dominação por potências estrangeiras. Essas experiências moldaram uma sensação de vulnerabilidade nacional e um desejo de proteger a identidade e a soberania húngaras. A memória coletiva desses períodos, combinada com desafios econômicos e sociais contemporâneos, tem alimentado sentimentos nacionalistas entre a população (SANTOS; LERO; GERÓCS, 2022).

No cenário pós-comunista, a Hungria experimentou série de transformações políticas e econômicas. A transição para uma economia de mercado e a integração à União Europeia trouxeram benefícios, mas também desafios. Desigualdades econômicas, desemprego e a percepção de corrupção política se tornaram questões centrais. Em meio a essas incertezas, muitos cidadãos húngaros começaram a sentir que sua identidade e modo de vida estavam sob ameaça (NAGY, 2016; TÓTH; GRAJ CZJÁR, 2015).

A chegada de um grande número de refugiados e imigrantes, muitos dos quais de origens culturais e religiosas diferentes, foi percebida por segmentos da população como ameaça direta à coesão social e à identidade húngara. Em resposta, partidos de extrema-direita, como o Jobbik, ganharam destaque, capitalizando sobre esses medos e promovendo retórica anti-imigração (KIM, 2016).

O Jobbik, que já era o terceiro maior partido no parlamento húngaro antes da crise, viu sua popularidade crescer. Suas campanhas enfatizavam a proteção das fronteiras, a preservação da identidade húngara e a rejeição de qualquer política de realocação de refugiados proposta pela União Europeia. A retórica do partido frequentemente associava imigrantes e refugiados à criminalidade, terrorismo e outros perigos, reforçando estereótipos negativos e alimentando o medo entre a população (BUSTIKOVA, 2019; KIM, 2016).

No entanto, não foi apenas o Jobbik que adotou uma postura anti-imigração. O partido Fidesz, liderado pelo Primeiro-Ministro Viktor Orbán, adotou políticas e retóricas semelhantes. Orbán, em várias ocasiões, declarou que a Hungria tinha o direito de proteger sua cultura cristã e que os refugiados muçulmanos representavam ameaça a esse modo de vida. Sob sua liderança, o governo húngaro construiu cercas ao longo das fronteiras com a Sérvia e a Croácia, selando o país contra a entrada de refugiados (BOCSKOR, 2018).

Essas políticas, embora controversas no cenário internacional, encontraram apoio substancial dentro da Hungria. Pesquisas de opinião realizadas durante e após a crise indicaram que uma maioria significativa da população húngara apoiava as medidas restritivas adotadas pelo governo. Muitos cidadãos sentiam que o governo estava finalmente tomando medidas para proteger os interesses nacionais contra as pressões externas, especialmente da União Europeia.

A relação entre a Hungria e a União Europeia tornou-se particularmente tensa durante esse período. A UE propôs uma série de medidas para lidar com a crise, incluindo a realocação de refugiados entre os Estados-membros com base em cotas. A Hungria, juntamente a outros países da Europa Central, rejeitou veementemente a proposta. Orbán e outros líderes húngaros argumentaram que a decisão de aceitar refugiados deveria ser uma questão de soberania nacional e não ser imposta por Bruxelas (TÓTH; GRAJCSZJÁR, 2015).

A ação das lideranças políticas na Hungria contribuiu fortemente para a produção de um sujeito não democrático que utiliza a ficção da nacionalidade para fortalecer sentimentos de combate ao diferente, a crenças plurais e a culturas formadas em outros solos.

A ascensão do conservadorismo e o apoio popular às políticas anti-imigração na Hungria são reflexos de uma combinação complexa de fatores históricos, sociais e políticos. A crise migratória de 2015 atuou como um catalisador, trazendo à tona tensões latentes e redefinindo o cenário político do país. Enquanto a Hungria continua a navegar por essas águas tumultuadas, o legado da crise e suas repercussões continuarão a influenciar o debate político e social por muitos anos.

3 A crise migratória de 2015

A crise migratória que assolou a Europa no ano de 2015 foi resultado de uma série de eventos e circunstâncias que convergiram para criar uma das maiores movimentações humanas em tempos recentes. Para compreendermos plenamente a magnitude e a natureza dessa crise, devemos examinar suas raízes e as causas

subjacentes. Os fluxos imigratórios que culminaram na crise de 2015 foram amplamente impulsionados por conflitos, perseguições e adversidades socioeconômicas. (BÍRÓ-NAGY, 2022).

A Síria, que antes da guerra era um país de cultura rica e história antiga, tornou-se o epicentro de uma das mais devastadoras crises humanitárias do século XXI. O conflito sírio, que começou em 2011 como parte da Primavera Árabe,⁴ rapidamente se transformou em guerra civil de proporções catastróficas. As forças do governo, rebeldes de diferentes facções, grupos jihadistas e potências estrangeiras convergiram no território sírio, tornando a situação extremamente volátil. Cidades outrora prósperas, como Aleppo e Homs, foram reduzidas a escombros. A população civil, presa no fogo cruzado, enfrentou violência, fome e desespero. Estima-se que centenas de milhares de pessoas tenham perdido a vida, enquanto milhões foram deslocadas internamente ou forçadas a fugir para o exterior (ANDRADE, 2016).

O Afeganistão, por sua vez, já estava em estado de conflito há décadas. A invasão soviética nos anos 1980, seguida pela ascensão e queda do Talibã e, posteriormente, pela intervenção liderada pelos EUA em 2001, deixou o país em um estado de instabilidade crônica. Além dos conflitos armados, o Afeganistão também enfrentou desafios socioeconômicos significativos, incluindo pobreza, falta de infraestrutura e oportunidades limitadas para a juventude. Muitos afegãos, desesperados por segurança e uma vida melhor, buscaram refúgio em outros lugares (MALPIQUE, 2018).

Além da Síria e do Afeganistão, outros países também contribuíram para os fluxos imigratórios. O Iraque, ainda se recuperando da invasão de 2003 e do subsequente caos, viu o surgimento do Estado Islâmico, que rapidamente conquistou vastas áreas do país.

4 Série de protestos, revoltas e revoluções populares que ocorreram em vários países do mundo árabe no início da década de 2010. Foi caracterizada pelo uso extensivo de mídias sociais para organizar, comunicar e sensibilizar a população, representando um momento significativo de reivindicação por democracia, liberdade de expressão e melhores condições de vida nos países afetados.

A violência sectária e a perseguição de minorias, como os Yazidis,⁵ forçaram muitos iraquianos a fugir. Na África, países como Eritreia e Somália também viram grandes números de seus cidadãos emigrarem devido a regimes repressivos, conflitos e adversidades econômicas (CANTAT; RAJARAM, 2019; OSTRAND, 2015).

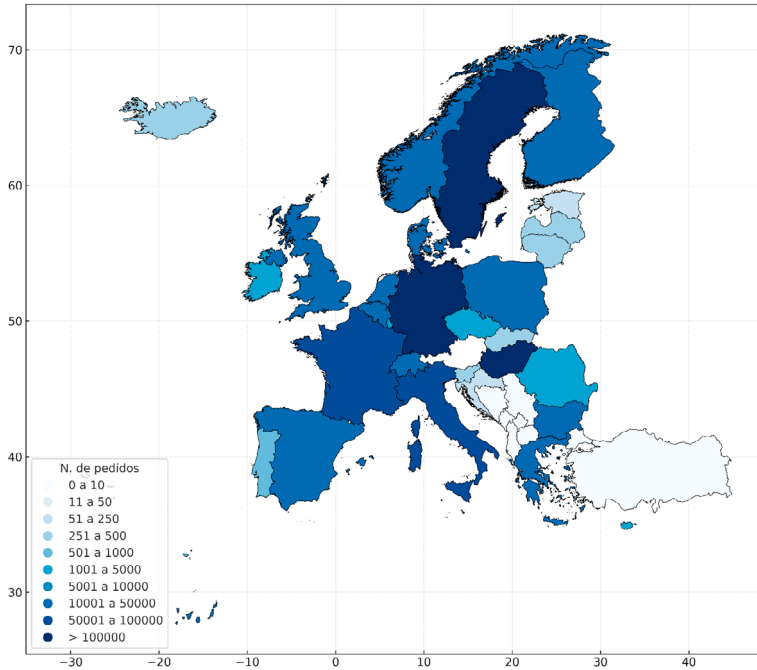
A confluência desses fatores criou uma situação em que milhões de pessoas, de diferentes nacionalidades e origens, estavam em movimento. Muitos inicialmente buscaram refúgio nos países vizinhos. A Turquia e a Itália, por exemplo, acolheram refugiados sírios. No entanto, os campos de refugiados nesses países estavam superlotados, e os recursos eram escassos. Além disso, a falta de perspectivas de longo prazo, como emprego e educação, fez com que muitos olhassem para a Europa como um refúgio potencial (CANTAT; RAJARAM, 2019; MALPIQUE, 2018; OSTRAND, 2015).

Muitos refugiados e imigrantes enfrentaram travessias perigosas pelo Mar Mediterrâneo em embarcações precárias. Outros optaram por rotas terrestres através dos Bálcãs, enfrentando barreiras físicas e políticas ao longo do caminho. A imagem de Aylan Kurdi, um menino sírio de três anos que se afogou e cujo corpo foi encontrado em uma praia turca, tornou-se símbolo pungente da tragédia humana em curso.

Os sistemas de asilo e infraestrutura dos países europeus foram pressionados ao extremo com a chegada dos imigrantes. Países como Grécia e Itália, que foram os primeiros pontos de entrada, sentiram o peso da crise. No entanto, foi a posição da Hungria, como um dos principais países de trânsito na rota dos Bálcãs, que se tornou particularmente emblemática da divisão e do debate sobre como a Europa deveria responder à questão.

5 Grupo étnico-religioso cujas origens remontam a milhares de anos, com uma população concentrada principalmente no norte do Iraque, além de comunidades na Síria, Turquia, Irã e uma diáspora crescente em países europeus.

Figura 1 – Distribuição do número de pedidos de asilo nos países europeus no ano de 2015



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Eurostat (2023).

Nota: Não há dados disponíveis para Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Montenegro, Sérvia e Turquia.

A Figura 1, ao destacar a distribuição dos pedidos de asilo em 2015 na Europa, revela nuances da crise migratória. Naquele ano, enquanto a maioria dos países europeus enfrentava desafios significativos devido ao afluxo de refugiados, a Hungria tomou medidas notoriamente rígidas, fortalecendo suas fronteiras e implementando políticas que limitavam a entrada e o trânsito de asilados. Apesar dessas medidas, o país ainda registrou um número considerável de pedidos, refletido pelo tom intermediário no mapa.

Em contraste, nações como Alemanha e Suécia exibem tons mais escuros, indicando alto volume de pedidos de asilo, o que ressalta suas políticas de portas abertas durante a crise. Alemanha, particularmente, emergiu como um dos principais destinos para os

refugiados, atribuído a uma combinação de fatores como robustez econômica, uma política de acolhimento mais generosa e uma posição geográfica central.

Por outro lado, países da Europa Oriental e os Bálticos mostram uma adesão a políticas mais restritivas, refletidas nos tons mais claros do mapa, indicando números menores de pedidos de asilo. A postura pode ser interpretada como uma resposta tanto à capacidade econômica limitada quanto às atitudes políticas e públicas menos favoráveis à imigração.

3.1. Rotas imigratórias e pontos de acesso

Durante a crise imigratória de 2015, duas rotas se destacaram: a do Mediterrâneo e a dos Balcãs Ocidentais. Ambas, com suas particularidades, contribuíram para a forma como a crise se desenvolveu e para a resposta europeia a ela.

A rota do Mediterrâneo, que se estende desde a costa norte da África até a Europa meridional, tornou-se uma das principais vias de entrada para refugiados e imigrantes que tentavam chegar à Europa. Esta rota, no entanto, é marcada por perigos significativos. O Mediterrâneo, com suas águas traiçoeiras e condições imprevisíveis, provou ser uma barreira mortal para muitos. Embarcações superlotadas, muitas vezes não navegáveis e inadequadas para longas travessias, tornaram-se comuns. Contrabandistas e traficantes, buscando lucrar com o desespero humano, frequentemente enviavam pessoas em jornadas com pouca consideração por sua segurança (SZALAI; GÖBL, 2015).

As histórias de naufrágios e tragédias no mar se tornaram comuns. Muitos que embarcaram na jornada nunca chegaram ao seu destino. Aqueles que sobreviveram às travessias muitas vezes chegaram traumatizados, exaustos e em necessidade urgente de assistência. Países como Itália, Grécia e Espanha, situados na linha de frente da rota, viram um aumento dramático no número de chegadas. Ilhas como Lampedusa, na Itália, e Lesbos, na Grécia, tornaram-se símbolos da crise, com campos de refugiados superlotados e infraestruturas sobrecarregadas (NAGY, 2016).

Enquanto a rota do Mediterrâneo era predominantemente marítima, a rota dos Balcãs Ocidentais era terrestre. Estendendo-se

desde a Grécia, passando pela Macedônia do Norte, Sérvia e chegando à Hungria, esta rota se tornou a principal via de entrada para muitos refugiados e imigrantes que buscavam chegar ao coração da Europa. A geografia dos Balcãs, com suas montanhas, rios e vales, apresentava seus próprios desafios. No entanto, foi a resposta política dos países ao longo desta rota que moldou a experiência de muitos imigrantes (CANTAT; RAJARAM, 2019; KALLIUS; MONTERESCU; RAJARAM, 2016).

A Hungria, situada na extremidade norte da rota dos Balcãs Ocidentais, tornou-se um dos principais pontos de entrada e trânsito. A fronteira húngara ganhou atenção internacional quando, em resposta ao aumento das chegadas de imigrantes, o governo tomou a decisão de construir uma cerca ao longo de sua fronteira com a Sérvia e, posteriormente, com a Croácia. Essa cerca, equipada com arame farpado e patrulhada por forças de segurança, foi projetada para deter ou desviar o fluxo de imigrantes. A decisão foi justificada pelo governo húngaro como medida necessária para proteger a Europa e a Hungria da imigração ilegal e potenciais ameaças à segurança. No entanto, a construção da cerca foi recebida com críticas significativas no país e no mundo, com muitos argumentando que violava os direitos humanos e os princípios de asilo (KALLIUS; MONTERESCU; RAJARAM, 2016).

A rota dos Balcãs Ocidentais também viu uma série de eventos tumultuados. Em várias ocasiões, grandes grupos de imigrantes foram impedidos de cruzar fronteiras, levando a situações de impasse. Campos improvisados surgiram, e tensões frequentemente irrompiam entre imigrantes e forças de segurança. Além disso, a jornada através dos Balcãs também foi marcada por relatos de abusos e exploração. Contrabandistas, aproveitando-se da vulnerabilidade dos imigrantes, muitas vezes cobravam somas exorbitantes por passagens seguras, e havia relatos frequentes de violência e extorsão (CANTAT; RAJARAM, 2019).

A resposta da União Europeia a estas rotas e aos desafios que apresentavam foi clara e controversa. Houve esforços para fortalecer a guarda costeira e as operações de busca e resgate no Mediterrâneo. A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) desempenhou um papel central nesses esforços. Além disso, a UE

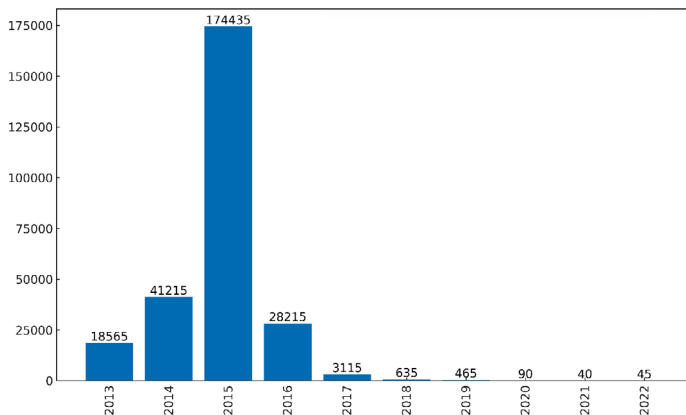
também buscou acordos com países terceiros, como a Turquia, para deter ou reduzir o fluxo de imigrantes. O acordo UE-Turquia de 2016, que visava devolver imigrantes que chegavam às ilhas gregas à Turquia em troca de ajuda financeira e outras concessões, foi um desses acordos controversos (CANTAT; RAJARAM, 2019).

3.2. A resposta húngara à crise

Uma das medidas mais emblemáticas adotadas pelo governo húngaro foi a construção da cerca ao longo de sua fronteira com a Sérvia e, posteriormente, com a Croácia. Esta decisão foi tomada em um contexto em que milhares de imigrantes estavam cruzando a fronteira húngara diariamente. A cerca, que se estendia por centenas de quilômetros e era equipada com arame farpado e sistemas de vigilância, tinha como objetivo principal deter ou desviar o fluxo de imigrantes (KALLIUS; MONTERESCU; RAJARAM, 2016).

O primeiro-ministro Viktor Orbán e seu governo argumentaram que a Europa estava sob ameaça, não apenas em termos de segurança, mas também em relação à sua identidade cultural e valores. A retórica adotada pelo governo húngaro frequentemente associava imigrantes e refugiados a potenciais terroristas, criminosos e aproveitadores econômicos (BÍRÓ-NAGY, 2022; CANTAT; RAJARAM, 2019).

Figura 2 – Evolução do número de pedidos de asilo na Hungria entre 2013 e 2022



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Eurostat (2023).

A Figura 2 representa a evolução do número de pedidos de asilo na Hungria, entre 2013 e 2022, destacando a resposta do país à crise migratória europeia com uma abordagem de asilo extremamente restritiva. Após o pico em 2015, quando a Hungria contabilizou 174.435 pedidos, políticas rigorosas foram implementadas, incluindo a construção de barreiras físicas e a aplicação de leis mais severas, resultando em uma redução drástica desses números. A queda acentuada nos pedidos, que alcança mínimos históricos nos anos seguintes, evidencia a determinação do governo em controlar as fronteiras nacionais.

Além da construção da cerca, o governo húngaro implementou uma série de políticas e medidas destinadas a restringir o acesso ao asilo e dissuadir a imigração irregular. Estas incluíram a criminalização da entrada ilegal no país, a detenção de solicitantes de asilo em “zonas de trânsito” na fronteira e a aceleração dos procedimentos de asilo, muitas vezes à custa do devido processo legal. O governo também lançou campanhas de informação no exterior, especialmente nos países dos Bálcãs, alertando potenciais imigrantes sobre os perigos e dificuldades de tentar entrar na Hungria.

Estas medidas foram recebidas com críticas significativas. Organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) expressaram preocupações sobre a conformidade das políticas húngaras com o direito internacional e os direitos dos refugiados. Argumentou-se que a Hungria estava violando suas obrigações sob a Convenção de Genebra e outros tratados internacionais ao restringir o acesso ao asilo e ao tratar os imigrantes de maneira desumana e degradante (CANTAT; RAJARAM, 2019).

No entanto, a resposta da Hungria à crise não foi apenas moldada por decisões governamentais. As organizações não governamentais na Hungria desempenharam um papel crucial na resposta à crise. Enquanto o governo adotava uma postura restritiva, muitos cidadãos húngaros se mobilizaram para ajudar os refugiados e imigrantes. Em Budapeste e em outras partes do país, voluntários se reuniram para fornecer alimentos, água, roupas e assistência médica aos recém-chegados. Estações de trem se transformaram em centros improvisados de ajuda humanitária,

onde húngaros e imigrantes se encontravam em um espírito de solidariedade (KALLIUS; MONTERESCU; RAJARAM, 2016).

ONG como o Comitê Húngaro de Helsinque e a Migração Aid estiveram na linha de frente, prestando assistência jurídica, monitorando a situação nas zonas de trânsito e defendendo os direitos dos refugiados. Estas organizações, muitas vezes trabalhando com recursos limitados e enfrentando desafios significativos, buscaram preencher as lacunas deixadas pelas políticas governamentais e garantir que os direitos dos imigrantes fossem respeitados (KALLIUS; MONTERESCU; RAJARAM, 2016).

A atuação das organizações não foi isenta de desafios. O ambiente político na Hungria se tornou cada vez mais hostil para organizações da sociedade civil que defendiam os direitos dos imigrantes. Acusações de interferência estrangeira, campanhas de difamação e restrições legais foram algumas das táticas usadas pelo governo para desacreditar e limitar o trabalho das organizações.

A crise migratória de 2015 e a resposta da Hungria a ela revelaram as tensões e divisões dentro da sociedade húngara e entre a Hungria e a União Europeia. Enquanto o governo húngaro defendia suas políticas como necessárias para proteger a Europa e sua identidade, muitos argumentavam que a Hungria estava se afastando dos valores e princípios fundamentais da UE. A crise também levantou questões sobre solidariedade, responsabilidade e o futuro da Europa como espaço de liberdade, segurança e justiça.

4. As políticas imigratórias na Hungria e sua relação com a União Europeia

A União Europeia é uma congregação de soberanias, com políticas e legislações que se aplicam a todos os Estados membros que delegam o poder de decisão a instituições comuns (Parlamento Europeu; Conselho da União Europeia; Comissão Europeia), mantendo suas instituições nacionais. No território da UE circulam, livremente, pessoas, mercadorias, serviços e os capitais⁶. Foi criada após a Segunda Guerra, visando a recuperação e a paz conjunta dos países membros.

6 Para saber mais, ver: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue_como_funciona_ue.pdf

A magnitude e a rapidez do influxo de refugiados e imigrantes testaram os limites da solidariedade e as capacidades institucionais da União Europeia. A resposta da UE à crise foi marcada por debates intensos, propostas inovadoras e, inevitavelmente, tensões entre os Estados Membros. Uma das propostas mais debatidas e controversas apresentadas pela Comissão Europeia foi a introdução de um sistema de cotas para a realocação e distribuição equitativa de refugiados entre os Estados Membros da UE. A ideia por trás desta proposta era aliviar a pressão sobre os países da linha de frente, como Grécia e Itália, e garantir que todos os países da UE partilhassem a responsabilidade de acolher refugiados. O sistema de cotas se baseava em critérios como o tamanho da população, a economia e a taxa de desemprego de cada país, buscando uma distribuição justa e proporcional (PARDAVI; GYULAI, 2015)

A proposta encontrou resistência significativa de vários Estados Membros, incluindo a Hungria. O governo húngaro, liderado pelo Primeiro-Ministro Viktor Orbán, opôs-se veementemente à ideia de cotas obrigatórias, argumentando que cada país deveria ter o direito de decidir por si mesmo quantos refugiados acolher. Esta posição foi partilhada por outros países da Europa Central e Oriental, levando a divisões dentro da UE. A questão das cotas se tornou símbolo das tensões mais amplas entre solidariedade europeia e soberania nacional. Para muitos, a crise imigratória revelou as limitações do projeto europeu e as fragilidades da cooperação entre os Estados Membros (CANTAT; RAJARAM, 2019).

Estas tensões foram exacerbadas por diferenças de opinião sobre as causas da crise e as melhores formas de abordá-la. Enquanto alguns argumentavam que a UE deveria focar na proteção das fronteiras externas e na dissuasão da imigração irregular, outros defendiam uma abordagem mais humanitária, centrada na proteção dos direitos dos refugiados e na promoção de vias legais e seguras para a imigração. A Hungria, com a decisão de construir uma cerca na fronteira e suas políticas restritivas, tornou-se um dos principais pontos de controvérsia neste debate.

Apesar dessas divisões, a crise imigratória também levou a iniciativas de cooperação e esforços conjuntos para enfrentar o

desafio. A UE lançou várias operações no Mediterrâneo para salvar vidas e combater o tráfico de seres humanos. A Frontex⁷ foi reforçada e desempenhou um papel central na gestão das fronteiras externas. Além disso, a UE buscou acordos com países terceiros, como a Turquia, para deter ou reduzir o fluxo de imigrantes. Estes acordos, embora controversos, refletiram o reconhecimento de que a crise imigratória era um desafio global que exigia soluções globais (CANTAT; RAJARAM, 2019).

A relação entre a Hungria e a União Europeia durante a crise foi ambígua. Por um lado, a Hungria foi criticada por suas políticas e ações, com muitos argumentando que o país estava se afastando dos valores e princípios fundamentais da UE. Por outro, a Hungria defendeu suas decisões como necessárias para proteger a soberania e segurança nacionais. O debate sobre a crise imigratória tornou-se um debate sobre a natureza, o futuro e a ideia de Europa.

4.1. Impactos sociais, econômicos e políticos da crise

A crise imigratória de 2015 viu um número sem precedentes de refugiados e imigrantes chegando à Europa e teve implicações grandes e duradouras em várias esferas da sociedade. Os impactos dessa crise foram sentidos não apenas nos países de fronteira, mas em toda a Europa. Os impactos variaram desde desafios sociais, como a integração e assimilação de refugiados, até implicações econômicas e repercussões políticas.

A chegada dos refugiados e imigrantes apresentou desafios significativos em termos de integração e assimilação. Muitos dos recém-chegados vinham de contextos culturais, religiosos e linguísticos muito diferentes dos países europeus. Isso levantou questões sobre como garantir que esses indivíduos pudessem se integrar com sucesso nas sociedades que os acolhiam. A integração envolveu não apenas aprender a língua e se familiarizar com

7 Frontex, formalmente conhecida como Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, é uma agência da União Europeia (UE) criada para gerenciar a cooperação entre os Estados-membros da UE na área de segurança das fronteiras externas.

a cultura local, mas também superar barreiras sociais e preconceitos. Em muitos casos, os refugiados enfrentaram discriminação e xenofobia, tornando o processo de assimilação ainda mais desafiador (KALLIUS; MONTERESCU; RAJARAM, 2016).

A Hungria, dada sua história e demografia, enfrentou desafios únicos de integração. A sociedade húngara, historicamente homogênea, teve de se adaptar à presença de novos grupos étnicos e religiosos. Isso levou a debates sobre identidade nacional, valores e a natureza da sociedade húngara no século XXI.

Do ponto de vista econômico, a crise imigratória trouxe tanto custos quanto oportunidades. Os custos imediatos estavam relacionados ao acolhimento, alojamento, alimentação e cuidados médicos dos recém-chegados. Além disso, houve custos associados à integração a longo prazo, como educação, formação profissional e assistência social (JUHÁSZ; HUNYADI; ZGUT, 2015).

Ao lado desses custos, também surgiram oportunidades econômicas. Os refugiados, com suas habilidades e talentos, tinham potencial de contribuir para a economia dos países de acolhimento. Em muitos países europeus com populações envelhecidas, os imigrantes poderiam desempenhar um papel importante em setores-chave da economia e ajudar a sustentar sistemas de segurança social. Além disso, a ajuda internacional foi fundamental na gestão da crise. Organizações internacionais, bem como países fora da Europa, forneceram assistência financeira e técnica para ajudar os países afetados a lidar com o influxo de refugiados (GESSLER; TÓTH; WACHS, 2021; JUHÁSZ; HUNYADI; ZGUT, 2015).

Talvez o impacto mais amplo e duradouro da crise imigratória tenha sido no âmbito político. A crise exacerbou divisões políticas na Hungria e em toda a Europa e levou à ascensão de movimentos populistas e nacionalistas. Na Hungria, o governo do Fidesz, liderado por Viktor Orbán, usou a crise para consolidar seu poder e promover uma agenda nacionalista. A retórica anti-imigração se tornou uma característica central da política húngara, com o governo retratando os refugiados como ameaça à segurança e à identidade nacional (GESSLER; TÓTH; WACHS, 2021).

Esta tendência não se limitou à Hungria. Em toda a Europa, partidos populistas e nacionalistas ganharam terreno, capitalizando os

medos e preocupações das pessoas sobre a imigração. Em países como a França, Alemanha, Itália e Polônia, partidos de direita radical viram um aumento em seu apoio e, em alguns casos, chegaram ao poder. Estes partidos promoveram uma visão de Europa baseada em identidades nacionais exclusivas e se opuseram à ideia de solidariedade europeia.

4.2. O pós-crise

A crise migratória de 2015 foi um divisor de águas para a Europa e, em particular, para a Hungria. Os eventos daquele ano e os anos subsequentes deixaram marca indelével na paisagem política, social e cultural do país. Como em qualquer crise significativa, é essencial refletir sobre as ações tomadas, avaliar as políticas e estratégias adotadas e extrair lições valiosas para o futuro.

A primeira e mais imediata reflexão diz respeito à avaliação das políticas e estratégias adotadas em resposta à crise. A Europa, como um todo, foi pega de surpresa pela magnitude e rapidez do influxo de refugiados e imigrantes. Inicialmente, houve uma onda de solidariedade e compaixão em muitos países, com cidadãos comuns se mobilizando para ajudar os recém-chegados. No entanto, à medida que a crise se prolongava, tornou-se evidente que a Europa estava mal preparada em termos de infraestrutura, políticas e mecanismos de coordenação para lidar com um desafio dessa magnitude (JUHÁSZ; HUNYADI; ZGUT, 2015).

A Hungria se encontrou na linha de frente da crise. A decisão do governo húngaro de construir uma cerca na fronteira foi uma resposta direta ao fluxo contínuo de imigrantes. Embora essa medida tenha sido criticada por muitos como inumana ou contra-producente, para o governo húngaro, representou uma tentativa de retomar o controle de suas fronteiras e garantir a segurança de seus cidadãos. Essa abordagem mais extremista do governo húngaro refletiu uma visão mais ampla de que a solução para a crise migratória não deveria ser apenas acomodar um número ilimitado de refugiados, mas também abordar as causas subjacentes da imigração (CANTAT; RAJARAM, 2019).

No ano de 2018, o Parlamento húngaro aprovou a Lei Stop Soros,⁸ que tinha como objetivo criminalizar e punir indivíduos e grupos que ajudam imigrantes irregulares, inclusive aqueles que os assessoram e informam sobre como pedir asilo. A medida era parte da cruzada do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán contra a imigração, que considera uma ameaça à segurança nacional e à identidade húngara. A lei recebeu esse nome em referência ao filantropo e magnata George Soros, que financia organizações que defendem a imigração e é visto por Orbán como um inimigo da nação húngara. A medida é criticada por organizações de direitos humanos e pela União Europeia (GESSLER; TÓTH; WACHS, 2021).

A crise também revelou deficiências nas políticas e estruturas da União Europeia. A falta de um sistema comum de asilo e a ausência de mecanismos eficazes de realocação e redistribuição colocaram uma pressão desproporcional sobre os países da linha de frente, como Grécia, Itália e Hungria. A proposta de cotas de realocação, embora bem-intencionada, encontrou resistência significativa de vários Estados Membros, revelando divisões sobre a natureza e o propósito da solidariedade europeia (GESSLER; TÓTH; WACHS, 2021).

Para a Hungria, em particular, a crise imigratória reforçou a determinação de seguir um caminho independente e defender seus interesses nacionais, entendidos de modo restrito e excludente, desafiando a ortodoxia predominante na União Europeia. A crise também levou a uma reavaliação mais ampla da relação da Hungria com a Europa e do papel do país no projeto europeu, pois deixou implícita a questão: como defender a integração e a paz, construindo o outro como inimigo em potencial?

A postura do governo de Orbán, em relação aos imigrantes, encontra paralelos nas políticas húngaras direcionadas às mulheres

8 Conjunto de legislações aprovadas em 2018 pelo parlamento húngaro, que visava restringir a imigração ilegal e penalizar organizações e indivíduos que apoiassem a migração de forma considerada ilegal pelo governo húngaro. O nome da lei faz referência ao financiador e filantropo George Soros, um húngaro-americano acusado pelo governo húngaro de promover a imigração ilegal na Europa, especialmente através do financiamento de ONGs que auxiliam migrantes e refugiados.

e à população LGBTQIA+ evidenciando que as ações e estratégias do líder, diante da crise migratória, não se trataram apenas de medidas de urgência diante de questões de infraestrutura.

A postura diante da UE mimetiza o comportamento de outros líderes que combatem suas próprias instituições representativas nacionais e pode ser entendida como estratégia para consolidar a adesão popular.

5. Considerações finais

A erosão democrática atual se relaciona ao combate a novos direitos e aos sujeitos que os conquistaram. Neste artigo, argumenta-se que, num mundo globalizado, o imigrante é um sujeito de direito em construção e que políticas migratórias ofensivas, que atacam a dignidade humana, estão vinculadas à crise das democracias, oferecendo dados e informações para que tal hipótese seja analisada e verificada a partir do Leste Europeu.

Optou-se pela análise das políticas migratórias na Hungria tanto por ela ser um dos principais pontos de entrada para refugiados na Europa como devido às medidas adotadas pelo governo húngaro que tensionaram a relação com a União Europeia. A crise migratória serviu como catalisador para debates sobre identidade, soberania, o futuro da integração do continente e a própria ideia de Europa.

A defesa da soberania nacional, engendrada por Orbán, têm como base discursos puristas, que apelam ao medo e à contaminação, produzindo a desmemória da emigração dos próprios húngaros que precisaram deixar o país em passado não tão distante para fugir das atrocidades ocorridas durante a ocupação soviética. Foi sob a égide do regime comunista, aliás, que a Hungria manteve a política de “portas fechadas”, impedindo a circulação por meio do desprezo às liberdades individuais e intensa repressão, controlando a emigração de forma rigorosa. Ainda assim, muitos conseguiram fugir e apenas retornaram ao país com a queda do Muro de Berlim e a retomada da democracia, contribuindo para o renascimento cultural, político e econômico da Hungria.

Imigração e emigração fazem parte da identidade dos húngaros. Durante os anos 1960, partiram em busca de direitos. Em 2015, viram cidadãos chegar à Hungria com o mesmo objetivo. Ao combater os imigrantes, Orbán ataca, de certa forma, a própria história de seu país e colabora para a produção de um cidadão não democrático, pois avesso à pluralidade, à convivência com o diferente e à expansão da liberdade. Se a busca por outra pátria é feita nesse sentido, é porque o imigrante é um sujeito de direitos em construção, assim como foram as mulheres, a população LGBTQIA+ e as minorias étnicas. Compreende-se, a partir desta pesquisa exploratória, haver elementos que permitem pensar em uma correlação entre a erosão democrática nacional e a postura vinculada à política externa. A hipótese constituída precisa ser testada a partir de outras análises, envolvendo também abordagens quantitativas e outros países, tanto na Europa como também na América Latina que, apesar de ser pátria de tantos emigrantes para o “primeiro mundo”, ainda vê o imigrante pobre como alvo de combate e de exploração da mão de obra, como sujeito de segunda categoria.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. B. D. S. M. **Crise dos refugiados:** a transversalidade temporal do asilo e a premente necessidade da sua uniformização. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2016.
- BERNHARD, M. Democratic backsliding in Poland and Hungary. **Slavic Review**, v. 80, n. 3, p. 585-607, 2021.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BÍRÓ-NAGY, A. Orbán's political jackpot: migration and the Hungarian electorate. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 48, n. 2, p. 405-424, 2022.
- BOCSKOR, Á. Anti-immigration discourses in Hungary during the 'Crisis' year: The Orbán government's 'National Consultation' campaign of 2015. **Sociology**, v. 52, n. 3, p. 551-568, 2018.
- BOGAARDS, M. De-democratization in Hungary: diffusely defective democracy. **Democratization**, v. 25, n. 8, p. 1481-1499, 2018.

BOGEL, G.; EDWARDS, V.; WAX, M. Hungary since communism: the transformation of business. **Springer**, 1997.

BUSTIKOVA, L. **Extreme reactions**: Radical right mobilization in Eastern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

CANTAT, C.; RAJARAM, P. K. **The politics of the refugee crisis in Hungary**. In: The Oxford Handbook of Migration Crises, p. 181. Oxford: Oxford University Press, 2019.

CLAPIS, G. A onda anti-imigratória e o conservadorismo mundial. **O Cosmopolítico**, v. 4, n. 1, p. 122-125, 2016.

COMISSÃO EUROPEIA, Direção-Geral da Comunicação, Publicações. **Como Funciona a União Europeia**: Guia das instituições da União Europeia. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.

EUROSTAT. Population and social conditions. Migration. **Asylum**. 2023. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>. Acesso em: 10 out. 2023.

GESSLER, T.; TÓTH, G.; WACHS, J. No country for asylum seekers? How short-term exposure to refugees influences attitudes and voting behavior in Hungary. **Political Behavior**, p. 1-29, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** 4ed. São Paulo Atlas, 2002.

GÖNCZ, Á.; GATI, C.; ASH, T. G. **The 1956 Hungarian revolution**: a history in documents. Central European University Press, 2002.

GYÁNI, G. **Memory and discourse on the 1956 Hungarian revolution**. In: Challenging Communism in Eastern Europe, p. 11-20. Routledge, 2013.

JUHÁSZ, A.; HUNYADI, B.; ZGUT, E. Focus on Hungary: Refugees, asylum and migration. **Prague: Heinrich-Böll-Stiftung**, 2015.

KALIUS, A.; MONTERESCU, D.; RAJARAM, P. K. Immobilizing mobility: Border ethnography, illiberal democracy, and the politics of the “refugee crisis” in Hungary. **American Ethnologist**, v. 43, n. 1, p. 25-37, 2016.

KIM, D. S. The rise of European right radicalism: The case of Jobbik. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 49, n. 4, p. 345-357, 2016.

KÖRÖSENYI, A. **Government and politics in Hungary**. Central European University Press, 1999.

KRAMER, M. The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings. **Journal of Contemporary History**, v. 33, n. 2, p. 163-214, 1998.

MALPIQUE, R. L. **Crise de refugiados:** o Acolhimento de Refugiados na União Europeia: uma análise crítica - (2011-2016). 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018.

NAGY, B. Hungarian asylum law and policy in 2015–2016: Securitization instead of loyal cooperation. **German Law Journal**, v. 17, n. 6, p. 1033-1082, 2016.

OSTRAND, N. The Syrian refugee crisis: A comparison of responses by Germany, Sweden, the United Kingdom, and the United States. **Journal on Migration and Human Security**, v. 3, n. 3, p. 255-279, 2015.

PALASIK, M. **Chess game for democracy: Hungary between East and West, 1944-1947**. McGill-Queen's Press-MQUP, 2011.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PARDAVI, M.; GYULAI, G. **What you need to know about the refugee crisis in Hungary**. 2015. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/voices/what-you-need-know-about-refugee-crisis-hungary>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RADVANYI, J. **Hungary and the Superpowers:** the 1956 Revolution and Realpolitik. Stanford: Hoover Press, 1972.

SANTOS, F. L. B.; LERO, C.; GERŐCS, T. **The Radical Right:** Politics of Hate on the Margins of Global Capital. v. 237. Brill, 2022.

SZALAI, A.; GÖBL, G. **Securitizing migration in contemporary Hungary**. CEU Center for EU Enlargement Studies Working Paper, 2015.

TÓTH, A.; GRAJCZJÁR, I. **The rise of the radical right in Hungary**. In: *The Hungarian Patient: Social Opposition to an Illiberal Democracy*, p. 133-164. Ceu Press, 2015.